

ATA

INSTÂNCIA DA REUNIÃO

61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - FOPEME

DATA	HORÁRIO	LOCAL
17/06/2025	14h00 às 17h30	Híbrido: presencial no auditório do Sebrae/PR e Virtual – TEAMS

REGISTROS DA REUNIÃO

ABERTURA

A reunião foi iniciada com a abertura feita pela parte do SEBRAE da Secretaria Técnica do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas – FOPEME.

Em seguida Cesar Rissete, Diretor Técnico do SEBRAE, comentou sobre a Lei de Liberdade Econômica e Acesso a Mercados, e principalmente com JUCEPAR e SEIC/PR, quanto ao tempo de abertura de empresas.

Explanou sobre o escritório de Compras públicas do SEBRAE facilitando o ingresso de ME e EPPS ao mercado de licitações municipais. Reforçou também que o Paraná é um estado que fala pouco, porém executa muito. Incrementou reforçando a necessidade de divulgação nacional das ações de impacto para empresários feita pelo SEBRAE e poder Público.

Por fim, colocou à disposição o Sebrae.

Em seguida, Ercílio Santinoni, presidente da CONAMPE, resumiu o que está sendo tratado no Fórum Nacional, sobre o esforço quanto ao aumento do limite de faturamento para MEIs na legislação federal, a fim de cobrir um maior número de empresários e evitar barreiras no crescimento e transição para ME.

Em seguida, a Coordenadora do FOPEME, Silvana Santinoni comentou que o Secretário da SEAP não pode estar presente na reunião do FOPEME e indica o sr. Ernani como representante da SEAP/PR na reunião.

Silvana também destacou que o governo tem suas mudanças ao longo do tempo, mas quem sustenta a perpetuidade do Fórum são as Entidades que o compõe. Agradeceu por isso!

A Sra. Silvana cumprimentou a todos os presentes e às pessoas que participam da reunião de forma online.

FÓRUM PERMANENTE DAS MPES DO MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE






Srº Ercílio também citou que em 21 de agosto será a reunião do Fórum Nacional, conjuntamente ao 14º encontro Sul/Sudeste dos Fóruns Estaduais em Vitória/ES.

Momento único para discussão de pautas nacionais e integradas, a fim de dar posição uníssona das pequenas empresas em pautas gerais, como o caso dos licenciamentos, tempo de abertura e consulta prévia.

PAINEL DE GESTÃO 2025 – AGENDA PRIORITÁRIA

Sra. Silvana solicitou aos coordenadores pelas ações dos cinco Comitês Temáticos, para apresentarem a agenda prioritária e o andamento das ações do Painel de Gestão 2025 dos seus respectivos comitês.

1) COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

  				
Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CTI Racionalização Legal e Burocrática	Formular a Política Estadual de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná	1 minuta de decreto formulada e estudo sobre os indicadores de acompanhamento da política	x-x	Jovane Borges CONAMPE
	Publicar a nova Lei Complementar do Estatuto da MPE no Paraná, que irá alterar a Lei Complementar nº 163/2013	1 LC publicada	x-x	Christiano Puppi SEIC
	Expandir os serviços atendidos dentro do Empresa Fácil, possibilitando oferecer módulos de renovação, fiscalização e regularização integrados aos sistemas de órgãos licenciadores estaduais.	Ter ao menos 2 órgãos estaduais integrados e os módulos de renovação, regularização e fiscalização funcionando no sistema Empresa Fácil até o final de 2026.	x-x	Sebastião Mota JUCEPAR
	Automatizar o processo de consulta prévia de endereço nos municípios do Paraná utilizando georeferenciamento ou zoneamento.	Automatizar a consulta prévia em aproximadamente 200 municípios até metade de 2026, tendo os 399 municípios automatizados até o final de 2027	x-x	Sebastião Mota JUCEPAR
	Reativar o Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Subcomitê CGSIM	Subcomitê operando em 2025	x-x	Jovane Borges CONAMPE

Ação – Demanda 1:

Sr. Jovane Borges, coordenador privado desse Comitê, comentou o andamento da Política Nacional das MPes e que recentemente foi lançado um caderno de indicadores da Política, produzidos pelo CT7 – Comitê Temático da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPes.

Minuta do Decreto de Indicadores foi interrompida e, ainda, não foi concretizada, por conta da troca de Diretor na SEIC/PR.

Solicitou ajuda da Secretaria Técnica para formar grupo de trabalho composto por Entidades que apoiam diretamente o segmento das MPes para escrever e validar a minuta de decreto estadual, bem como escrever e validar indicadores para monitorar a política, com base nos indicadores produzidos e aprovados no Fórum Nacional.

Ação Demanda 2:

Recordou-se a fala do antigo Diretor Geral da SEIC, coordenador de governo desse Comitê, que a Casa Civil devolveu o processo a SEIC, pois recomendam que seja formulada uma nova lei, e não, uma alteração de Lei Complementar nº 163/2013.

Comentou que atendendo ao pedido da Casa Civil, será enviada a minuta da nova lei, sob novo protocolo, para que seja encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado.

Além disso, Paulo consultor do SEBRAE para o FOPEME, lembrou que foram atendidas todas as orientações do consultivo da PGE/PR e que foram devidamente analisadas as solicitações das demais secretarias citadas na nova minuta de alteração da Lei. Lembrou também que a minuta da alteração da lei foi aprovada na 23ª Reunião Extraordinária de 14/08/2024.

No mais, Sr. Ercílio, coordenador suplente desse Comitê, questionou, pois como política pública das microempresas e empresas de pequeno porte do estado, deveríamos manter o histórico legislativo dentro da mesma lei complementar.

Comentou-se também a necessidade de Agenda entre Ercílio e Daniel Gutierrez com o Vice-Governador ou Governador para andamento da Lei.

Ações Demandas 3 e 4:

Sra. Fernanda Will, representando o sr. Sebastião Mota, coordenador suplente de governo desse Comitê, comentou que esses serviços complementares do Empresa Fácil estão em processo de construção e de contratação.

Comentou que já foi feito a Digitalização integral dos processos, Redução do Tempo de Abertura das empresas para em média 9 horas, Decreto de Baixo Risco (Licenciamento) e aumento do volume de processos.

3º colocação no tempo de abertura, mas em 1º lugar no Volume de processos.

(Explicitou-se as etapas: Nome + Endereço+ Validação Cadastral+ Registro) – Sistema de Acompanhamento do andamento.

Repassou demais dados de desempenho da JUCEPAR:

26 mil empresas abertas, 19mil alterações, 45mil no total de alterações

Informou que está sendo incluída mais uma alteração no Decreto de Licenciamentos, incluindo a Polícia Civil no Programa de Baixo Risco (900 CNAES)

Citou a mudança de Paradigma nos municípios, para fiscalização apenas a Posteriori, evitando travamento no processo de abertura.

Comentou sobre o acréscimo de 384 milhões no PIB do PR. Geração de Empregos. Massa Salarial Acrescida, a partir do programa de Baixo Risco.

Informou que Processo de Consulta prévia de endereço está em pleno funcionamento.

Mencionou que a sensibilização das prefeituras com a Planilha e Sistema de Dados para Consulta de Endereços – Geolocalização, já existe em alguns municípios (8), com a Meta de Reduzir o Tempo de Consulta prévia de 7:30 para 3:30 minutos.

No mais, Ercílio comentou novamente a necessidade de convencimento das Prefeituras em aderirem integralmente a todos os CNAES de baixo risco.

Fernanda também comentou a iniciativa de incrementar novos serviços no Portal da Rede SIM, como no caso de Licenciamentos (Integração maior) – BALCÃO Único – REDE SIM + Licenciamento; Dados e Fiscalização Unificada + Aumento da Arrecadação pelo Estado e Redução de Custos. – Business Intelligence para Tomada de Decisão (Panorama das Atividades Econômicas nos Municípios)

Ação Demanda 5:




Sr° Jovane apresentou os temas quanto a Reativação do Subcomitê do CGSIM – Meta de Colocar em Funcionamento em 2025.

Sr. JOVANE recordou o que já havia comentado na reunião anterior, que essa ação requer uma conversa com o Cel. Puchetti da Casa Civil, pois a Casa Civil coordena o Programa Estadual de Desburocratização e Simplificação - Descomplica Paraná, lei nº 20626 de 25/06/2021 e tem atividades do CGSIM junto aos órgãos licenciadores do Estado, que são conduzidos dentro do Descomplica Paraná, o que se consegue ter uma celeridade maior.

Sr. Jovane comentou que está para agendar uma reunião com o sr. Puchetti da Casa Civil para tratar o assunto.

Por enquanto o Jovane comentou que o subcomitê estadual do CGSIM ainda não está ativado, mas quer unir esforços com o Programa Descomplica Paraná. Silvana comentou que intermediará a conversa entre o CGSIM e o Descomplica, para continuidade.

2) COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

  				
Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT2 Acesso a Mercados	Criação de Cartilha On-line, buscando trazer as principais ações e oportunidades para as empresas, na busca de estruturar ações locais e territoriais, com os escritórios de compras, os sistemas de gestão de atendimento, aumentando a divulgação de oportunidades e capacitação para os empresários, promovendo a abertura de novos espaços nos municípios e fortalecendo o associativismo.	400 acessos das MPEs à Cartilha online contendo as principais ações e oportunidades locais e territoriais	Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1.639.367 possíveis fornecedores Paranaenses.	Wellington de Paula - SEAP
	Incentivar as políticas e programas de compras locais e regionais, aproximando a equipe técnica do TCE/PR e do MP/PR, para compreender as realidades dos municípios e apoiar nos programas de compras locais.	Gerar Pacto II com o TCE e MP/PR	Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1.639.367 possíveis fornecedores Paranaenses.	Wellington de Paula - SEAP
	Aumentar a representatividade das MPEs nas licitações municipais.	Definir KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave).	Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1.639.367 possíveis fornecedores Paranaenses.	Wellington de Paula - SEAP

Ação – Demanda 1:

Sr. Cleverson, coordenador de governo deste Comitê, comentou que a cartilha está pronta, em formato físico e online.

Sra. Cleverson comentou que estão incorporadas as informações de compras do Estado no Compra Paraná e, com o processo de credenciamento, previsto na nova lei de licitações, vai estimular que mais fornecedores vendam para o poder público.

Com informações básicas da Lei 14.133/23, e do Decreto 10.086/24 do estado do Paraná.

Além de demais informações básicas para compras públicas, assim como o Marketplace do Governo estadual.

Ação – Demanda 2:

Sra. Cleverson comentou que foi iniciado um movimento de aproximação com o Ministério Público e TCE-PR, para levar as ações do pacto II. Wellington complementou dizendo que o pacto I com o TCE-PR foi muito positivo. Comentou que o objetivo é destravar e entender a realidade de todos os municípios paranaenses é facilitar e uniformizar (padronizar) o padrão de atendimento e fiscalização no processo de compra públicas.

Ação – Demanda 3:

Sr. Cleverson comentou sobre o projeto de criar indicadores, além do que já temos, para proporcionar o fomento da economia local. Cujo objetivo principal é aumentar a representatividade das MPES nas licitações municipais.

Sr. Mossambani comentou que é necessária a capacitação de empresários para a nova lei 14.133/23, virtual e presencial, para fornecer para o poder público, para não incorrerem em erros, que possam lhes prejudicar em fornecimentos futuros, pois não cumprem o definido no momento do Pregão eletrônico.




Sr. Mossambani comentou a evolução no número de empresários habilitados em cada Pregão eletrônico, mas ainda necessárias mais capacitações, quanto a precificação e competitividade, considerando escala e capacidade.

Sr Cleverson (Sebrae), comentou sobre os cursos e consultorias (Escritório de Compras do SEBRAE – Com B.I) feitas pelo próprio Sebrae para capacitar os pequenos empresários e eles tomarem iniciativa de participar das Compras Públicas

Migração para Pregão eletrônico de muitos dos processos municipais. Também sobre o PNCP, consolidado no BI do escritório de compras do SEBRAE.

Ainda ficaram a definir os KPIs e OKRs para monitorar o alcance do objetivo dessa Ação. Além de definir ações de curto, médio e Longo prazo.

3 – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO




  				
Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT3 Tecnologia e Inovação	Formar profissionais especializados para atuarem juntos aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes da AGEUNI, por meio de Edital, concedendo 50 bolsas para formação de profissionais especializados nas Universidades Estaduais, com duração de 24 meses	50 profissionais habilitados e atuando na AGEUNI		Marcos Pelegrina - SETI a definir - SEI

Sr. Alan Debus, assistente do SEBRAE, deste CT.

Comentou que serão formados 50 profissionais em 14 regionais, que farão a conexão entre Universidade e Empresa e Sociedade de cada região. Atendendo ao Edital aberto, algumas Universidades já conseguiram selecionar os bolsistas, que de imediato já começarão a atender as Associações Comerciais das suas regiões e levantar suas demandas.

Destacou que a AGEUNI é uma demanda nascida no Fórum, como uma porta de entrada do Estado, para recepcionar as demandas de inovação.

4 – COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

  				
Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT4 Investimento, Financiamento e Crédito	Manter o volume de microcrédito, melhorando a performance da concessão por meio da rede de agentes de crédito.	volume de recursos de microcrédito liberados, igual a 2024.	Número de empregos gerados, geração de impostos, PIB, outros indicadores econômicos	Luciano Martins - FOMENTO PR
	Disponibilizar um programa municipal de incentivo ao crédito chamado Programa Impulsiona	programa em operação	Volume de microcrédito	Luciano Martins - FOMENTO PR
	Ter uma plataforma de acesso a Crédito simplificado, para ampliar a contratação de financiamentos de micro e pequenas empresas de tickets inferiores com flexibilização de garantias	ter 50 contratos aprovados em 2025.	Volume de crédito	Thais Grande - BRDE
	Criar linha de crédito voltada às empresas que participam de compras públicas	ter estudo prévio aprovado no Fórum	Volume de crédito	Luciano Martins - FOMENTO PR

Ação – Demanda 1:

Rede de Agentes de Crédito – Volume de Crédito e performance (inadimplência) mantido em 100 milhões de reais.

A apresentação foi feita pelo Srº Gustavo Mattana, coordenador de governo, junto com Luciano Martins, titulares deste Comitê.

Gustavo, que também trabalha com financiamentos para Municípios, comentou que a Fomento Paraná está focada no cumprimento da meta dessa ação, demanda 1, que é de R\$ 95 milhões. Comparativamente, no primeiro trimestre de 2025 houve uma pequena queda, em relação ao mesmo período de 2024, parte em decorrência de alterações na rede de agentes de crédito. Sr. Amberson Silva, do SEBRAE/PR comentou sobre a visita de 8 Unidades da Federação que vieram ao Paraná para conhecer a rede de agentes de crédito.

Sr. Amberson comentou sobre o histórico da FOMENTO/PR e participação com 445 agentes de crédito.

Sr. Amberson também explanou sobre a impossibilidade de concessão de crédito para 70% das solicitações, em razão de cadastro negativos e incapacidade de pagamento, porém tem feito diversas ações para evitar tal impossibilidade.

Gustavo comentou sobre o esforço para manutenção do volume de microcrédito concedido, por meio de agentes de crédito, capacitações online e presenciais.

Ação – Demanda 2:

Sr. Amberson comentou sobre esse Programa, que atualmente se chama Cidade do Crédito, e que a Fomento Paraná está tratando esse tema com Sebrae e avaliando a criação de linha de crédito específica e que com o apoio do Sebrae, se torne uma política pública municipal. A ideia é a implementação no município da Política de Crédito e já iniciou em 2025, Amberson se comprometeu a demonstrar os resultados em 2026.

Ação – Demanda 3:

A plataforma da Fomento existe há muitos anos, sendo atualizada no decorrer dos anos e absorvendo as novas linhas de crédito no mesmo sistema.

Ação – Demanda 4:

Sr. Gustavo, comentou que a ação de criar uma linha de crédito para os fornecedores, considerando os recebíveis do governo municipal no processo de garantias, está sendo avaliada internamente e que a ideia é criar um formato padronizado para os municípios fazerem a adesão.




Estão sendo observadas, alternativas, mas sem uma linha específica ainda implementada.

Sr^a Suelen, Secretária do Trabalho, sugeriu a retomada da parceria entre a FOMENTO e a SETR/PR para ampliar a Rede de agentes de Crédito dentro das Agências do Trabalhador – 218 agências no Estado.

Sr^o Marco Antonio, coordenador da iniciativa privada deste comitê, agradeceu a parceria entre Estado e Associações para fomentar as atividades de Crédito e compras públicas no Município e Agências do Trabalhador.

Sr Amberson, vai fazer um Relatório de Ações de Crédito para os Prefeitos e desenvolver e fomentar as atividades de crédito e parcerias.

5) COMITÊ TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

  				
Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT5 Educação, Formação e Capacitação Empreendedora	Desenvolver o comportamento empreendedor e qualificação profissional do público atendido pelas Agências do Trabalhador, por meio do Termo de Cooperação nº 003/2022 (vigente até 2026), celebrado entre SETR, SEIC, SENAI/SESI e SENAC/FECOMÉRCIO	Oferecer cursos gratuitos, tendo como meta 8.235 vagas (2024-2025).	Geração de renda via empreendedorismo	Suelen Glinski - SETR
	Formação em empreendedorismo para servidores, gestores e agentes públicos, como profissionais da área do trabalho e educação, numa parceria entre: SETR, SEBRAE, ESCOLA GESTÃO e INPI	Inscriver 218 multiplicadores (2025/2026)		Suelen Glinski - SETR
	Disponibilizar aos estudantes do ensino básico cursos voltados ao empreendedorismo e propriedade industrial, numa parceria entre: SETR, SEED e INPI	Divulgar material de empreendedorismo nas Escolas do PR, no âmbito do Aluno de Sucesso (2025/2026)		Suelen Glinski - SETR
	Ter um caderno de boas práticas das ações realizadas nos territórios pelas Ampec's, numa parceria entre: SETR, SEIC e AMPEC'S	Divulgar boas práticas das Ampec's nas reuniões e na página da Fopeme, em formato de caderno, bimestralmente em 2025/2026.		Suelen Glinski - SETR

Srª Suelen Glinski, coordenadora de governo deste Comitê, comentou que os cursos disponibilizados são de curta duração, de rápida inserção no mercado de trabalho e no empreendedorismo.

Falou também das metas de todas as ações.

Ação – Demanda 1:

Abordou o Programa do MAIS QUALIFICAÇÃO (SENAC) – 89 turmas abertas com 8.235 vagas (2024/2025)

Informou a necessidade de divulgação dos cursos para fechar as turmas abertas

São cursos completos e de média duração e gratuitos.

Quanto aos Investimentos Próprios nas Unidade Móveis + Bolsa Qualificação, serão atendidos 302 Municípios, com a formação de 20 alunos por turma e 40 alunos por Município.

Informou também de mais um Convênio SENAC, com objeto de promoção de qualificação na Unidades físicas com pagamento de BOLSA.

Ação – Demanda 2:

Formação de Agentes Públicos:

Formação em Empreendedorismo – MULTIPLICADORES – 218 multiplicadores

Neste ponto, destacou-se a necessidade de se realizar encontros presenciais em Curitiba, a fim de sensibilizar as prefeituras e os servidores dos serviços prestados pela Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/PR e capacitá-los em diversas atuações da política do trabalho e afins.

Ação – Demanda 3:

Empreendedorismo nas escolas – Alunos de Sucesso – Colégios Estaduais: 22 mil alunos. Nesta Ação, Suelen solicitou auxílio dos membros do FOPEME para divulgação das turmas abertas.

Ação – Demanda 4:

Caderno das boas práticas – AMPECs

Suelen comentou que está em contato com as AMPECs participantes deste CT para coletar as suas respectivas práticas e selecionar aquelas que comporão o Caderno.

Outras Sugestões:

Surgiu também a ideia de se Qualificar os Empreendedores nos municípios, dentro das AMPECs, sem precisar da Unidade móvel do sistema S.

Outra Demanda foi a de se pensar em espaços para os filhos das Mães que estão de qualificando. (Espaço kids)

Qualifica Paraná – Carretas de Nível Técnico para atender às necessidades de Mão de Obra.

ASSUNTOS GERAIS

Silvana, apresentou as próximas agendas do Fórum Nacional e do FOPEME.

22 de julho – 33ª Reunião Plenária do FOPEME

12 e 13 de agosto – 10º Ciclo de Reuniões com os Comitês Temáticos do FOPEME

20 a 21 de agosto – 2ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente Nacional no Espírito Santo

